DIVISÃO DE PROMOÇÃO À SAÚDE

DIVISÃO DE PROMOÇÃO À SAÚDE

RELAÇÃO DE CIPAS – COMISSÕES INTERNAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES CADASTRADAS PELA COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE SAÚDE DO SERVIDOR.

A partir desta publicação, as unidades de URH - Unidade de Recursos Humanos e SUGESP – Supervisão de Gestão de Pessoas devem realizar o cadastro dos Membros da CIPA; Ocorrências; Reuniões e Participantes das Reuniões das suas respectivas CIPAs nas telas do SIGPEC – Módulo RH - Menu Outros Módulos - Item CIPA.

SME
DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO CAMPO LIMPO

UNIDADE	Nº DE CADASTRO	DATA
CEMEI JARDIM DOM JOSE I	5782	27/04/2018

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO BUTANTA

UNIDADE	Nº DE CADASTRO	DATA
EMEI PROFESSORA ZILDA DE FRANCESCHI	5788	01/07/2018

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO CAMPO LIMPO

UNIDADE	Nº DE CADASTRO	DATA
CEI PAULO E ADMAR	5785	07/11/2018
EMEI FRANCISCA JULIA DA SILVA	5777	03/09/2018
CEI JARDIM MARIA ALICE	5776	04/10/2018
CEI JARDIM SAO LUIZ I	5787	01/11/2018
EMEF M'BOI MIRIM I	5773	31/08/2018

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO GUAIANASES

UNIDADE	Nº DE CADASTRO	DATA
CEI PROFESSORA MARIA CONCEICAO MONTEIRO AVRES	5792	01/07/2018

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO ITAQUERA

UNIDADE	Nº DE CADASTRO	DATA
EMEI PROFESSOR LUIZ PEREIRA	5774	02/07/2018

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO JACANA/TREMEMBE

UNIDADE	Nº DE CADASTRO	DATA
EMEF OLIVA IRENE BAYERLEIN SILVA	5775	02/07/2018
CEU JACANA	5780	02/07/2018

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO SAO MIGUEL

UNIDADE	Nº DE CADASTRO	DATA
CEU PARQUE SAO CARLOS	5784	31/10/2018

CEU PARQUE SAO CARLOS

UNIDADE	Nº DE CADASTRO	DATA
CEU EMEI DR. CARLOS OLIVALDO DE SOUZA LOPES MUNIZ	5783	12/11/2018

DEPTO DE RECURSOS HUMANOS - DERH

DESPACHOS DA DIRETORA

OUTROS DESPACHOS

6021.2018/0006763-2

Nos termos da orientação estabelecida por PGM/JUD doc SEI nº 012316729 em cumprimento definitivo da obrigação de fazer, decorrente de decisão proferida da ação ordinária nº 1008072-67.2018.8.26.0053, proposta por ELISABETH BALTHAZAR LEITE, perante a 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública ANOTE-SE a decisão havida no prontuário dos autores mencionados; alterando-se, a partir de NOVEMBRO/2018, a base de cálculo do adicional de insalubridade, para que passe a ser calculado sobre o padrão de vencimento do PESSOAL DE NÍVEL BÁSICO – NB 01, e não mais sobre o “nível operacional – No 01A”, conforme situação funcional do instituidor da pensão; elaborando-se demonstrativo de diferenças devidas aos autores, considerando o que foi pago e a nova forma de cálculo definida pelo juízo, adotando-se como termo inicial FEVEREIRO/2013 (prescrição quinquenal) OU a DATA DE INÍCIO DE PERCEPÇÃO DO REFERIDO ADICIONAL, se posterior, e, como termo final, a VÉSPERA DO CADASTRAMENTO.

6021.2018/0005022-5

Nos termos da orientação estabelecida por PGM/JUD doc SEI nº 012325683 em cumprimento definitivo da obrigação de fazer, decorrente de decisão proferida da ação ordinária nº 0002344-62.2018.8.26.0053, proposta por CELICE MATOS DE SOUZA HENRIQUE, perante a 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública ANOTE-SE a decisão havida no prontuário do autor mencionado; alterando-se, a partir de NOVEMBRO/2018, a base de cálculo do adicional de insalubridade, para que passe a ser calculado sobre o padrão de vencimento do PESSOAL DE NÍVEL BÁSICO – NB 01, e não mais sobre o “nível operacional – No 01A”, conforme situação funcional do instituidor da pensão; elaborando-se demonstrativo de diferenças devidas aos autores, considerando o que foi pago e a nova forma de cálculo definida pelo juízo, adotando-se como termo inicial JANEIRO/2013 (prescrição quinquenal) OU a DATA DE INÍCIO DE PERCEPÇÃO DO REFERIDO ADICIONAL, se posterior, e, como termo final, a VÉSPERA DO CADASTRAMENTO.

6021.2018/0027120-5

Nos termos da orientação estabelecida por PGM/JUD, conforme documento SEI nº 011856296, em cumprimento definitivo da obrigação de fazer, decorrente de decisão proferida na ação ordinária, autos nº 1021393-43.2016.8.26.0053, proposta por João Edson de Santis, perante a 1ª Vara da Fazenda Pública, ANOTE-SE a decisão havida no prontuário da parte autora; regularizando-se a contagem do tempo de contribuição do autor mediante inclusão nele do período de 26 de janeiro de 1996 a 21 de agosto de 1998, de modo a que, por força de tal inclusão, seja aludido período considerado para todos os efeitos legais, especialmente para fim de oportuna concessão de aposentadoria ou de abono de permanência bem como a finalidade de conceder ao autor adicional por tempo de serviço; cadastrando-se o valor alcançado para o mês de Outubro DE 2018, com inclusão em folha de pagamento; elaborar demonstrativo com as diferenças de vencimentos em atraso, adotando-se como termo inicial MAIO DE 2011 e como termo final a VÉSPERA DO CADASTRAMENTO.

6021.2018/0013767-3

Nos termos da orientação estabelecida por PGM/JUD doc SEI nº 012536603 em cumprimento definitivo da obrigação de fazer, decorrente de decisão proferida da ação ordinária nº 1018298-34.2018.8.26.0053, proposta por Joseli Elvira Cavalheiro e outros, perante a 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública ANOTE-SE a decisão havida no prontuário dos autores qualificados às fls. 01 do documento SEI nº 012534151 (destacando-se que a autora Joseli Elvira Cavalheiro é aposentada de SMS, a autora Maria Eunice Alves Pereira Gaspar é pensionista do IPREM e o autor Marcos Antonio de Jesus é servidor aposentado do SFMSP, conforme documento SEI 012536601, de modo que cada ente deverá adotar as providências pertinentes ao autor com o qual possui vínculo); alterando-se a base de cálculo do adicional de insalubridade/periculosidade/penosidade recebido pelos autores, isto para que seja calculado com base no padrão de vencimento do Quadro de Pessoal de Nível Básico, o Nível Básico B1-J40, implantando em folha a partir de NOVEMBRO DE 2018, nos termos do título executivo judicial (reiterando-se que a autora Joseli Elvira Cavalheiro é aposentada de SMS, a autora Maria Eunice Alves Pereira Gaspar é pensionista do IPREM e o autor Marcos Antonio de Jesus é servidor aposentado do SFMSP, conforme documento SEI 012536601, de modo que cada ente deverá adotar as providências pertinentes ao autor com o qual possui vínculo); elaborando-se demonstrativos das diferenças de atrasados decorrentes do recálculo, adotando-se como termo inicial o mês de abril/2013 (em virtude da prescrição quinquenal), ou, se posterior, a data de concessão DOS REFERIDOS ADICIONAIS, e como termo final a véspera do cadastramento da ação (reiterando-se as observações feitas anteriormente em relação aos vínculos de cada um dos autores).

6021.2018/0022650-1

Nos termos da orientação estabelecida por PGM/JUD doc SEI nº 012577304 em cumprimento definitivo da obrigação de fazer, decorrente de decisão proferida da ação ordinária nº 1033777-67.2018.8.26.0053, proposta por MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA ANOTE-SE a decisão havida no prontuário da parte autora; alterando-se a base de cálculo do adicional de insalubridade recebido pela autora, para considerar o padrão de vencimento do Quadro de Pessoal de Nível Básico NB-01, a partir de NOVEMBRO DE 2018 (data da intimação da decisão judicial), nos termos do título executivo judicial; elaborando-se demonstrativos das diferenças de atrasados decorrentes do recálculo, adotando-se como termo inicial o mês de JULHO/2013 (prescrição quinquenal), ou, se posterior, a data de concessão do adicional de insalubridade, e como termo final a véspera do cadastramento.

6021.2018/0010702-2

Nos termos da orientação estabelecida por PGM/JUD doc SEI nº 012322629 em cumprimento definitivo da obrigação de fazer, decorrente de decisão proferida da ação ordinária nº 0023566-23.2017.8.26.0053, proposta por VALDIR DOS SANTOS GOMES, perante a 2ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública ANOTE-SE a decisão havida no prontuário do autor mencionado; alterando-se, a partir de NOVEMBRO/2018, a base de cálculo do adicional de insalubridade, para que passe a ser calculado sobre o padrão de vencimento do PESSOAL DE NÍVEL BÁSICO – NB 01, e não mais sobre o “nível operacional – No 01A”, conforme situação funcional do instituidor da pensão; elaborando-se demonstrativo de diferenças devidas aos autores, considerando o que foi pago e a nova forma de cálculo definida pelo juízo, adotando-se como termo inicial DEZEMBRO/2012 (prescrição quinquenal) OU a DATA DE INÍCIO DE PERCEPÇÃO DO REFERIDO ADICIONAL, se posterior, e, como termo final, a VÉSPERA DO CADASTRAMENTO.

6021.2018/0022585-8

Nos termos da orientação estabelecida por PGM/JUD doc SEI nº 012491075 em cumprimento definitivo da obrigação de fazer, decorrente de decisão proferida da ação ordinária nº 1035920-29.2018.8.26.0053, proposta por AIRTON DA SILVA, DANIELA MARIA PIAULINO PRATES GONÇALVES, FELIPE FRANCO CAVALLI DE PAULA, GEOVÁ DA SILVA VARGAS ALVES, REGINALDO PEREIRA e ROBERTA CELESTINO FERREIRA, perante a 3ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública ANOTE-SE a decisão havida no prontuário dos autores mencionados; alterando-se, a partir de NOVEMBRO/2018, a base de cálculo do adicional de insalubridade, para que passe a ser calculado sobre o padrão de vencimento do PESSOAL DE NÍVEL BÁSICO – NB 01, e não mais sobre o “nível operacional – No 01A”, conforme situação funcional de cada autor; elaborando-se demonstrativo de diferenças devidas aos autores, considerando o que foi pago e a nova forma de cálculo definida pelo juízo, adotando-se como termo inicial JULHO/2013 (prescrição quinquenal) OU a DATA DE INÍCIO DE PERCEPÇÃO DO REFERIDO ADICIONAL, se posterior, e, como termo final, a VÉSPERA DO CADASTRAMENTO.

6021.2018/0008175-9

Nos termos da orientação estabelecida por PGM/JUD, conforme documento SEI nº 012605324, em cumprimento definitivo da obrigação de fazer, decorrente de decisão proferida na ação ordinária, autos nº 1010825-94.2018.8.26.0053, proposta por Bráulio Luiz de Santana e outros, perante a 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública, ANOTE-SE a decisão havida no prontuário dos autores qualificados às fls. 01 do documento SEI nº 8117938 (destacando-se que a autora Aparecida Camilo de Souza é pensionista do IPREM, ao passo que os demais autores são aposentados do Município, conforme documento SEI 012604577, de modo que o IPREM deverá cumprir o julgado para a pensionista, incumbindo à SMG cumprir para os demais); alterando-se a base de cálculo do adicional de insalubridade/periculosidade/penosidade recebido pelos autores, isto para que seja calculado com base no padrão de vencimento do Quadro de Pessoal de Nível Básico, o Nível Básico B1-J40, implantando em folha a partir de NOVEMBRO DE 2018, nos termos do título executivo judicial (reiterando-se o afirmado no item anterior acerca da da competência para o cumprimento); elaborando-se demonstrativos das diferenças de atrasados decorrentes do recálculo, adotando-se como termo inicial o mês de março/2013 (em virtude da prescrição quinquenal), ou, se posterior, a data de concessão DOS REFERIDOS ADICIONAIS, e como termo final a véspera do cadastramento da ação (reiterando-se as observações feitas anteriormente em relação aos vínculos de cada um dos autores).

6021.2018/0034838-0

Nos termos da orientação estabelecida por PGM/JUD doc SEI nº 012445304 em cumprimento definitivo da obrigação de fazer, decorrente de decisão proferida da ação ordinária nº 1027530-41.2016.8.26.0053, proposta por Rosilene Pessoa de Melo e outros ANOTE-SE a decisão havida no prontuário da parte autora; alterando-se a base de cálculo do adicional de insalubridade recebido pela autora, para considerar o padrão de vencimento do Quadro de Pessoal de Nível Básico NB-01, a partir de novembro de 2018 (data da intimação da decisão judicial), nos termos do título executivo judicial; elaborando-se demonstrativos das diferenças de atrasados decorrentes do recálculo, adotando-se como termo inicial o mês de junho/2011 (prescrição quinquenal), ou, se posterior, a data de concessão do adicional de insalubridade, e como termo final a véspera do cadastramento.

6021.2018/0037280-0

Nos termos da orientação estabelecida por PGM/JUD, conforme documento SEI nº 012576308, em cumprimento definitivo da obrigação de fazer, decorrente de decisão proferida na ação ordinária, autos nº 1057355-12.2017.8.26.0053, proposta por Oacir Alves Ferreira e outros, perante a 4ª Vara da Fazenda Pública, ANOTE-SE a decisão havida no prontuário dos autores qualificados às fls. 01 do documento SEI nº 012559030 (destacando-se que os autores Oacir Alves Ferreira e Geruza da Silva Barauna são pensionistas do IPREM, ao passo que os autores Angela Maria Santos Macedo e Silva, Lourival Pedro Soares e Lucio de Lima são aposentados do Município, conforme fls.22/36 do documento SEI 012559030, de modo que o IPREM deverá cumprir o julgado para os pensionistas, incumbindo à SMG cumprir para os demais); alterando-se a base de cálculo do adicional de insalubridade/periculosidade/penosidade recebido pelos autores, isto para que seja calculado com base no padrão de vencimento do Quadro de Pessoal de Nível Básico, o Nível Básico B1-J40, implantando em folha a partir de NOVEMBRO DE 2018, nos termos do título executivo judicial (reiterando-se o afirmado no item anterior acerca da competência para o cumprimento); elaborando-se demonstrativos das diferenças de atrasados decorrentes do recálculo, adotando-se como termo inicial o mês de novembro/2012 (em virtude da prescrição quinquenal), ou, se posterior, a data de concessão DOS REFERIDOS ADICIONAIS, e como termo final a véspera do cadastramento da ação (reiterando-se as observações feitas anteriormente em relação aos vínculos de cada um dos autores).

6021.2018/0035671-5

Nos termos da orientação estabelecida por PGM/JUD doc SEI nº 012411098 em cumprimento definitivo da obrigação de fazer, decorrente de decisão proferida da ação ordinária nº 1057410-44.2017.8.26.0053, proposta por GLANDIR DE SOUZA E OUTROS ANOTE-SE a decisão havida no prontuário da parte autora; alterando-se a base de cálculo do adicional de insalubridade recebido pela autora, para considerar o padrão de vencimento do Quadro de Pessoal de Nível Básico NB-01, a partir de outubro de 2018 (data da intimação da decisão judicial), nos termos do título executivo judicial; elaborando-se demonstrativos das diferenças de atrasados decorrentes do recálculo, adotando-se como termo inicial ou, se posterior, a data de concessão do adicional de insalubridade, e como termo final a véspera do cadastramento.

6021.2018/0036720-2

Nos termos da orientação estabelecida por PGM/JUD, conforme documento SEI nº 012491875 em cumprimento definitivo da obrigação de fazer, decorrente de decisão proferida na ação ordinária, autos nº 1040138-37.2017.8.26.0053, proposta por DECIO SOARES DE SOUZA e OUTROS, perante a 3ª Vara da Fazenda Pública, a) ANOTE-SE a decisão havida no prontuário dos autores vinculados a essa autarquia, qualificados aas fls. 18/20 do Doc. 012449913; b) alterando-se, a partir de NOVEMBRO/2018, a base de cálculo do adicional de insalubridade, para que passe a ser calculado sobre o padrão de vencimento do PESSOAL DE NÍVEL BÁSICO – NB 01, e não mais sobre o “nível operacional – No 01A”, conforme situação funcional de cada autor; c) elaborando-se demonstrativo de diferenças devidas aos autores, considerando o que foi pago e a nova forma de cálculo definida pelo juízo, adotando-se como termo inicial JANEIRO/2015 (data em que se iniciou o regime estatutário) OU a DATA DE INÍCIO DE PERCEPÇÃO DO REFERIDO ADICIONAL, se posterior, e, como termo final, a VÉSPERA DO CADASTRAMENTO; d) no cumprimento em favor dos autores vinculados à Secretaria de Saúde, adotar os mesmos critérios descritos, com exceção aos demonstrativos de diferenças (item “c”), que deverão ser elaborados adotando-se como termo inicial SETEMBRO/2012 (prescrição quinquenal) OU a DATA DE INÍCIO DE PERCEPÇÃO DO REFERIDO ADICIONAL, se posterior, e, como termo final, a VÉSPERA DO CADASTRAMENTO; e) Uma vez adotadas as providências descritas, roga-se que a SMS/DAP envie diretamente o presente para SG/DRH/Núcleo de Ações Judiciais para cumprimento em favor de SILVIA EMI YAMAOKA, vinculada à Secretaria de Esportes; f) Para autora SILVIA EMI YAMAOKA, adotar os mesmos critérios aplicáveis à Secretaria de Saúde, inclusive a observação do item “d”.

6021.2018/0032467-8

Nos termos da orientação estabelecida por PGM/JUD doc SEI nº 012327140 em cumprimento provisória da obrigação de fazer, decorrente de decisão proferida da ação ordinária nº 1050696-34.2018.8.26.0053, proposta por DANIELA VIANI MACEDO, FRANCISCA VANESSA PEREIRA DOS SANTOS PIMENTEL, JOSILEIDE BORGES DOS SANTOS, LUCIANA DE CARVALHO SANTOS, SANDRA REGINA ROSSI e FERNANDA VERZANI DOMINGOS, perante a 3ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública ANOTE-SE a decisão havida no prontuário dos autores mencionados; alterando-se, a partir de NOVEMBRO/2018, a base de cálculo do adicional de insalubridade, para que passe a ser calculado sobre o padrão de vencimento do PESSOAL DE NÍVEL BÁSICO – NB 01, e não mais sobre o “nível operacional – No 01A”, conforme situação funcional do instituidor da pensão.

2007-0.395.071-8

Nos termos da orientação estabelecida por JUD às folhas 121/verso em cumprimento definitivo da obrigação de fazer, decorrente de decisão proferida da ação ordinária nº 0122025-12.2007.8.26.0053, proposta por ZILENE SOARES FALCÃO E OUTROS ANOTE-SE a decisão havida no prontuário dos seguintes autores arrolados às fls. 19/20, salvo para CATHIA HELENA KOVALSKI PLENTZ, JOSÉ GERALDO CONCEIÇÃO e RENATO BONVENTI JUNIOR, excluídos do título; incluindo-se, conforme o caso, a Gratificação Especial de Prestação de Serviços em Unidades Assistenciais de Saúde na composição do 13º salário e na base de cálculo do abono de férias percebida pelos autores, enquanto houver o recebimento daquelas gratificações a partir de OUTUBRO 2018, observada a situação funcional de cada autor; elaborando-se demonstrativo de vencimentos atrasados, adotando-se como termo inicial FEVEREIRO de 2003 (data do início da eficácia da Lei nº 13.493/2003) e como termo final a VÉSPERA DO CADASTRAMENTO.

2008-0.185.679-1

Nos termos da orientação estabelecida por JUD às folhas 110 a 115 em cumprimento definitivo da obrigação de fazer, decorrente de decisão proferida na ação ordinária, autos n.º 0024044-94.2018.8.26.0053 (0101598-57.2008.8.26.0053), proposta por ARMANDA ARIAS GARRIDO E OUTROS, perante a 3ª Vara da Fazenda Pública ANOTE-SE a decisão no prontuário dos autores qualificados às fls. 02/03; cadastrando-se o percentual alcançado de 9,12% para o mês e outubro/2018 (data da intimação), em folha de pagamento dos autores, ressalvando a absorção do percentual de eventual opção/reenquadramento em novo PCCS; elaborando-se os demonstrativos das diferenças devidas para os autores, mês a mês, se o caso, adotando-se como termo inicial o mês de JANEIRO DE 2003 (prescrição quinquenal), e como termo final a véspera do cadastramento.

2011-0.169.343-2

Nos termos da orientação estabelecida por JUD às folhas 121 a 123 em cumprimento definitivo da obrigação de fazer, decorrente de decisão proferida na ação ordinária, autos n.º 0005408-27.2011.8.26.0053 (0019138-61.2018.8.26.0053), proposta por DARIO FERREIRA JALLES, perante a 1ª Vara da Fazenda Pública ANOTE-SE a decisão no prontuário do autor qualificado às fls. 02; cadastrando-se o percentual alcançado de 9,12% para o mês e outubro/2018 (data da intimação), em folha de pagamento dos autores, ressalvando a absorção do percentual de eventual opção/reenquadramento em novo PCCS; elaborando-se os demonstrativos das diferenças devidas para o autor, mês a mês, se o caso, adotando-se como termo inicial o mês de FEVEREIRO DE 2006 (prescrição quinquenal), e como termo final a véspera do cadastramento.

DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAL

COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - COGEP

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH

DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAL - DGP

GRATIFICAÇÃO DE GABINETE

Gratificação de Gabinete, concedida nos termos do artigo 100 da Lei nº 8.989/79:

Registro	Vínculo	Nome	Percentual	Base de Cálculo	A partir de:
742.958.4	2	LUCIANO ALVES SILVA	30%	DA-10	14/11/2018
810.997.4	3	FABIO D'ONOFRE TEIXEIRA	90%	DA-15	03/12/2018 a 22/12/2018

COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - COGEP

DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAL - DGP

GRATIFICAÇÃO DE GABINETE

Gratificação de Gabinete, concedida nos termos do artigo 100 da Lei nº 8.989/79:

Reg. Func/Vinc	Nome	Nível	Cat.	Símbolo	A partir de
5675391/1	NELSON KOITI KAWAGOE	NÍVEL IV	3	Q17	15/11/2018
5797829/2	MARCIA REGINA MORALES	NÍVEL IV	2	Q16	17/11/2018

QUADRO DA SAÚDE – QS

PROGRESSÃO FUNCIONAL FORMALIZADA NOS TERMOS DO ART. 16 DA LEI Nº 16.119/15:

Com fundamento no Decreto Nº 56.590 de 10 de Novembro de 2015, tendo sido atendido o critério da legislação vigente, PROGRIDO os servidores abaixo identificados:

Reg. Func/Vinc	Nome	Nível	Cat.	Símbolo	A partir de
3067742/2	SERGIO SILVEIRA BRANCO	NÍVEL IV	2	ANSM16	16/11/2018
3067742/4	SERGIO SILVEIRA BRANCO	NÍVEL II	2	ANSM7	16/11/2018
5714346/4	LAURA APARECIDA CHRISTIANO SANTUCCI	NÍVEL III	2	ANS12	17/11/2018
6705243/2	ERICH LOEWENBACH	NÍVEL III	2	ANSM12	20/11/2018

PROGRESSÃO FUNCIONAL FORMALIZADA NOS TERMOS DO ART. 19 DA LEI Nº 16.122/15:

Com fundamento no Decreto Nº 56.590 de 10 de Novembro de 2015, tendo sido atendido o critério da legislação vigente, PROGRIDO os servidores abaixo identificados:

Reg. Func/Vinc	Nome	Nível	Cat.	Símbolo	A partir de
3067742/2	SERGIO SILVEIRA BRANCO	NÍVEL IV	2	ANSM16	16/11/2018
3067742/4	SERGIO SILVEIRA BRANCO	NÍVEL II	2	ANSM7	16/11/2018
5714346/4	LAURA APARECIDA CHRISTIANO SANTUCCI	NÍVEL III	2	ANS12	17/11/2018
6705243/2	ERICH LOEWENBACH	NÍVEL III	2	ANSM12	20/11/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE

SUBSTITUIÇÃO

317.337.2-1 – ANTONIO CARLOS DA CRUZ, AGENTE DE APOIO NÍVEL I, PARA SUBSTITUIR SERGIO MORELLI, REG. 619.164.9-2 NO CARGO CHEFE DE UNIDADE TÉCNICA I, REFERÊNCIA DAS-10, DA UNIDADE DE AUTOS DE INFRAÇÃO, DA COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO, DA SUBPREFEITURA FREGUESIA DO Ô/VILA BRASÍLIA, DURANTE SEU IMPEDIMENTO LEGAL – FÉRIAS, NO PERÍODO DE 26/12/2018 A 24/01/2019. LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DENTRE SERVIDORES MUNICIPAIS PORT.1439/SMSUB/SGRH/2018.

319.590.2-2 – ITAMAR LEOPARDI PINHEIRO, PROFISSIONAL ENG. ARQ, AGRONOMIA, GEOLOGIA N III, PARA SUBSTITUIR ADEMAR JUITI TAKEGAWA, REG. 602.890.0-1 NO CARGO SUPERVISOR TÉCNICO II, REFERÊNCIA DAS-12, DA SUPERVISÃO TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO, DA COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO, DA SUBPREFEITURA LAPA, DURANTE SEU IMPEDIMENTO LEGAL – FÉRIAS, NO PERÍODO DE 09/12/2018 A 19/12/2018. LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DENTRE SERVIDORES MUNICIPAIS PORTADORES DE DIPLOMA DE NÍVEL SUPERIOR RECONHECIDO PELO ÓRGÃO COMPETENTE PORT.1440/SMSUB/SGRH/2018.

480.975.1-3 – HERCIONIO DE JESUS, AGENTE DE APOIO NÍVEL I, PARA SUBSTITUIR RICARDO DIAS DOS SANTOS, REG. 543.510.2-2 NO CARGO ENCARREGADO DE EQUIPE, REFERÊNCIA DAJ-07, DA UNIDADE DE ÁREAS VERDES, DA SUPERVISÃO TÉCNICA DE LIMPEZA PÚBLICA, DA COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA, DA SUBPREFEITURA SÃO MATEUS, DURANTE SEU IMPEDIMENTO LEGAL – FÉRIAS, NO PERÍODO DE 17/12/2018 A 31/12/2018. LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DENTRE SERVIDORES MUNICIPAIS PORT.1446/SMSUB/SGRH/2018.

501.762.9-2 – EMILIA REGINA ROSSONI DE BARROS, PROFISSIONAL ENG. ARQ, AGRONOMIA, GEOLOGIA N IV, PARA SUBSTITUIR RUBENS GONCALVES BIAR FILHO, REG. 506.831.2-3 NO CARGO COORDENADOR V. REFERÊNCIA DAS-15, DA COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO, DA SUBPREFEITURA SANTO AMARO, DURANTE SEU IMPEDIMENTO LEGAL – FÉRIAS, NO PERÍODO DE 10/12/2018 A 29/12/2018. LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DENTRE PORTADORES DE DIPLOMA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO PORT.1444/SMSUB/SGRH/2018.